

Panorama Nacional: Ofensiva burguesa, luta de classes e as tarefas do Sinasefe-IFBA.

A marca principal dessa década, no cenário mundial, é a da grande crise econômica que eclodiu nos anos de 2007/2008. De lá para cá, a economia encarou uma profunda depressão, seguida por uma longa estagnação, de quase 10 anos! Nesse processo, o parasitismo financeiro dominante nessa nova etapa do imperialismo deixou claro todo o seu potencial destrutivo e antissocial. A saída encontrada pela burguesia nesse contexto foi impor duros ajustes antipopulares em política econômica e política social e intensificar a exploração do trabalho, buscando a retomada de suas margens de ganho às custas da queda nas condições de vida da classe trabalhadora e dos povos e setores oprimidos do mundo. Certamente houve e segue havendo resistência dos de baixo, o que nos traz à situação de impasse que vivemos na luta de classes global. Por um lado, as lutas democráticas do movimento de massa não produzem alternativas de poder com capacidade de superar o status quo, por outro lado, a burguesia não encontra meios de esmagar e reduzir à impotência o movimento de massa.

O atual momento do país tem como marco principal o golpe parlamentar que depôs Dilma e empossou Temer no Palácio do Planalto. Michel Temer se coloca na história do Brasil como o homem providencial da burguesia nacional e transnacional associada, nos marcos da crise global do capitalismo. Em sua mediocridade, própria a um velho articulador corrupto dos interesses do grande capital, Temer assume na conjuntura a impopular tarefa ditada pelas exigências da acumulação capitalista combinada com aquela ligada à autodefesa das máfias parlamentares e governamentais.

Mediocridade e alheamento ao sentimento popular são, para a tarefa posta, trunfos decisivos. A acumulação espoliativa do capitalismo neoliberal em crise, que articula o saque aos recursos naturais e às finanças públicas com o desmantelamento dos direitos e garantias populares mais fundamentais,

encontrou no governo ilegítimo de Temer um operador à altura do caráter éticopolítico de suas exigências.

O congelamento dos investimentos públicos na área social por 20 anos e o desmonte da legislação trabalhista, nos marcos de uma economia fundada na liderança do parasitismo financeiro e da exportação agro mineral, formam o quadro do que os capitalistas têm a oferecer ao povo brasileiro nessa quadra histórica. A intensificação radical da superexploração do trabalho combinada com o desmantelamento da já precária rede de proteção social do povo trabalhador expressa um profundo retrocesso civilizatório, mais um elemento de barbárie constitutivo da guerra de classe que a burguesia desata contra os de baixo. Nesses marcos, avança a reorganização e o endurecimento do regime burguês pelo alto, com a participação cada vez mais ativa e rotagonista da cúpula militar: com a intervenção no Rio de Janeiro como marco mais visível.

As eleições marcadas para esse ano não apresentam qualquer possibilidade mais efetiva de solução para a crise social e política do país, ainda que sejam para os de cima uma tentativa de chegar a um governo eleito pelo voto, e para os de baixo, uma oportunidade a mais para defender um programa popular e anticapitalista que auxilie o desenvolvimento do movimento da classe e ir afirmando uma alternativa política independente. Na situação de desemprego em massa e esgarçamento do tecido social sob uma ordem excludente, a saída que se apresenta aos de cima é apertar o torniquete da dominação. Para os de baixo, é cada vez mais necessário organizar e mobilizar o povo trabalhador a partir de seu local de trabalho, moradia e/ou estudo, para lutar pela defesa de seus direitos, contra os retrocessos impostos pela classe dominante, que não parecem ter quaisquer limites.

O ano de 2017 foi particularmente importante para o movimento sindical e para a luta dos trabalhadores de modo geral. Diante da escalada de ataques que o governo Temer desencadeou contra a classe trabalhadora, se fez sentir a pressão e a vontade de luta do povo trabalhador: o que marcou o primeiro semestre do ano. Começando pelo dia 8 de março (greve internacional de mulheres), passando pelas mobilizações dos dias 15 e 31 do mesmo mês, e chegando à greve geral do dia 28 de abril e da ocupação de Brasília no dia 24 de maio, um ascenso de mobilização classista expressou a inquietação e

indignação da classe e a pressão que, por aí, as bases exerceram sobre as cúpulas das grandes centrais, forçando-as a sair parcialmente do imobilismo (no mesmo sentido atuou também a intransigência do governo Temer frente às demandas burocráticas dessas cúpulas: imposto sindical e etc).

Depois do ato sindical radicalizado em Brasília, que escapou ao controle das grandes centrais e levou a um forte enfrentamento contra a repressão, respondido pelo governo Temer com a tomada das ruas da capital pelo Exército, o lulismo operou fortemente para bloquear o ascenso classista e conter seus efeitos políticos (como parte do acordo de cúpula que mantém com o bloco burguês no poder em defesa do regime estabelecido). Em primeiro lugar, o centro da mobilização contra as reformas antipopulares e pelo Fora Temer foi substituído pela campanha em torno das “Diretas Já”, cujo centro não foram as mobilizações dos trabalhadores, mas sim da “classe artística”. A partir desse desvio de foco, construiu-se o esvaziamento da greve geral convocada para o dia 30 de junho, cujo resultado mais imediato foi a aprovação em seguida da Reforma Trabalhista pelo Congresso Nacional. Depois, em dezembro, na iminência da votação da reforma da previdência, a cúpula burocrática da CUT, da CTB e das demais grandes centrais, sabotaram novamente a greve geral marcada para o dia 5 de dezembro, impondo ao movimento uma desmoralização adicional.

Desde que o ascenso do primeiro semestre refluíu, a confusão e a decepção popular com a continuidade do governo Temer (resultado da traição do lulismo e das grandes centrais, do esvaziamento/domesticação da Lava Jato imposta pela cúpula do Judiciário e da ausência de uma alternativa de poder) produziram um quadro de efetiva desmobilização em torno da luta geral contra as reformas e contra o governo Temer. Sua atual derrota na questão da reforma da previdência, retirada da pauta alegadamente em nome da intervenção militar no Rio (na verdade por falta de apoio no Congresso em ano eleitoral), foi um efeito das mobilizações do primeiro semestre de 2017 e do impacto que produziram na opinião pública. Por outro lado, nesse momento não há nenhuma palavra de ordem geral capaz de unificar e mobilizar o movimento dos trabalhadores.

Em maio de 2018, vivenciamos uma grande greve de caminhoneiros que parou o país um grande marco para as futuras lutas no Brasil. Mesmo com a Rede

Globo tentando jogar a população contra o movimento, o apoio popular foi evidente. A luta dos caminhoneiros abriu o caminho de um amplo movimento popular contra a alta dos combustíveis. A greve veio da base. É falso que ela é um *lockout*. Ela contou com apoio de parte das empresas transportadoras do ramo, mas sua origem é a indignação da categoria, um setor do proletariado brasileiro. É preciso unir a luta dos caminhoneiros, com a dos motoboys e motoristas que começam a se mobilizar em muitos estados e com todos os trabalhadores do Brasil.

Nessas condições, a tarefa que está colocada para o movimento sindical é buscar se reinventar a partir das bases. Fortalecendo a organização por local de trabalho, articulando de modo vivo a política geral da classe com as demandas mais imediatas dos trabalhadores e trabalhadoras. É preciso construir uma nova direção para o movimento da classe no país, superando as cúpulas traidoras da CUT e CTB e as máfias sindicais que controlam as demais grandes centrais. Essa nova direção certamente tem na CSP Conlutas um ponto de apoio decisivo, que apesar de suas modestas dimensões vem mantendo alta a bandeira da independência de classe e da combatividade. Os elementos de sectarismo e de negação da luta política de classe que ainda estão presentes em importantes setores que a constroem precisam ser superados, no entanto, na luta concreta que se coloca para muitas categorias de trabalhadores do país, principalmente, mas não exclusivamente do setor público, nossa central tem sido de inestimável valor.

O desmantelamento da legislação trabalhista tem agravado as condições de exploração no setor privado, que já evidencia ainda que modo fragmentado muitas lutas de resistência dos trabalhadores. No setor público, as perspectivas.

São de arrocho salarial, precarização crescente, terceirização e privatização. O Estado rentista não está disposto a atribuir qualquer papel mais relevante aos serviços públicos e aos seus trabalhadores. Os ataques são sem precedentes, pelo país inteiro servidores convivem com salários atrasados e confiscados, demissões em larga escala, e etc. Alvo de uma campanha sistemática dos governos corruptos do capital, os trabalhadores do setor público são acusados de acumular privilégios às custas da sociedade, enquanto os acusadores escondem malas de dinheiro público em apartamento clandestinos. A única

alternativa para o conjunto da classe trabalhadora nesse momento é o caminho da organização e da resistência na luta.

O Sinasefe-IFBA, como sindicato de base de uma categoria capilarizada em 23 municípios baianos que goza de algum prestígio junto às comunidades onde se inserem e no imaginário social de modo geral, tem grande responsabilidade nessa conjuntura. O cenário nos coloca algumas questões políticas e organizativas centrais. É fundamental recolocar nossa categoria em alerta e em movimento, impulsionando a organização por local de trabalho, garantindo um fluxo permanente de informação e formação política, mobilizando a base a partir daquelas demandas imediatas mais sentidas, ligadas às condições de trabalho, salário e carreira. Do mesmo modo é preciso trabalhar para converter nosso sindicato em um ator estratégico no debate educacional do estado e do país, capaz de defender uma concepção democrática e classista de educação pública nesse momento de crise.

Precisamos que o Sinasefe-IFBA amplie em muito as iniciativas de organização da seção sindical, de modo a dar mais musculatura ao sindicato e integrar de modo mais efetivo a sua base com a direção da seção sindical e vice versa. Necessitamos de outras práticas sindicais bem como outras formas de luta. O Sinasefe-IFBA precisa se colocar, regionalmente, a serviço da construção de frentes em defesa do IFBA bem como, do serviço público, mais próximo da sua base com práticas diferentes e mais atrativas.

Exemplo claro disse são as assembleias esvaziadas com pouca divulgação e participação da base. É fundamental uma atuação mais forte das representações no conselho de representante de base nos Campi. É preciso articular ações com trabalhadores do estado e dos municípios como também, da iniciativa privada, de modo a fazer frente aos ataques que estão dados e tendem a se aprofundar. Precisamos acolher as lutas e as demandas dos trabalhadores terceirizados como elemento de solidariedade aos entraves que passam no IFBA como na sua vida diária. Do mesmo modo, é preciso que o Sinasefe-IFBA impulse o fortalecimento da CSP - Conlutas dentro das bases nos Campi do IFBA, no sentido de fazer de nossa central um eixo que articule a construção de uma ampla unidade da classe trabalhadora em favor de uma alternativa de poder democrática, revolucionária e anticapitalista no Brasil.

A participação do Sinasefe-IFBA é fundamental para proporcionar a sua base bem como a toda comunidade do IFBA, discussão e construção em torno de um projeto institucional mais democrático, participativo e transparente, que represente não a vontade de grupos ou pessoas. Mais que busque abrir uma quebra hegemônica de um grupo que esta na gestão institucional a mais de uma década. A luta sindical não pode ser cooptada para projetos pessoais eleitoreiros. O seu papel sindical é a construção de diálogos francos com todos e para todos os seus filiados que se manifeste de forma democrática e participativa respeitando as diferenças políticas e ideológicas, essenciais para os conflitos de ideias embasados numa outra perspectiva de gestão institucional para o IFBA.

Resoluções:

- 1 – Garantir solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos e setores oprimidos em todos os municípios, estado, no Brasil e no mundo;
- 2 – Jogar todo empenho na luta contra o governo Temer, e pela revogação dos ataques antipopulares do congelamento dos investimentos públicos, da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista;
- 3 – Lutar contra a intervenção militar e contra a reorganização do regime pelo alto, tendo a cúpula militar como protagonista;
- 4 – Organizar e mobilizar a categoria por local de trabalho, impulsionando a criação de comissões ou núcleos de base;
- 5 – Fortalecer o intercâmbio informativo entre o sindicato e as bases e entre as bases de todo o IFBA;
- 6 – Promover seminários de formação política a ser realizados nas bases.
- 7 – Impulsionar encontros por região nos Campi do IFBA;
- 8 – Promover um seminário estratégico com ANDES e FASUBRA;
- 9 – Fortalecer a CNESF Estadual e promover regionalmente frentes em defesa do serviço público com trabalhadores do estado e dos municípios;
- 10 – Fortalecer a CSP Conlutas pela base e nos Campi do IFBA;
- 11 - Luta em torno de um projeto de gestão institucional mais democrático, participativo e transparente no IFBA;
- 12 – Luta contra o Assedio Moral e todas as formas de opressões;

13 – Em defesa das 06 horas e da carga horária docente de forma que o servidor não seja penalizado e muito menos precarizados;

14 - Luta contra a escola sem partido.

Assina:

Reinaldo da Cruz Martins

Campus de Salvador – IFBA.